



Literatura, memória, resistência (Breves apontamentos em tempo de crises)

*Literature, memory, resistance
(Notes in time of crises)*

PAULO DE MEDEIROS

Universiteit Utrecht – Utrecht – Holanda



Resumo: Nos tempos actuais de crises, ainda mais políticas do que financeiras, a literatura oferece possibilidades de resistência ao ativar processos de reavaliação do passado. Embora a memória cultural seja ainda insuficientemente explorada, a literatura atual lança possibilidades de questionar e trabalhar a memória. Uma perspectiva crítica transnacional, baseada na triangulação entre Brasil, Portugal e África, viabiliza uma conceptualização da condição pós-imperial necessária para se poder pensar um presente e futuro diferentes e imunes às armadilhas nostálgicas. Esses processos críticos são explorados de vários modos em romances recentes de António Lobo Antunes, Lídia Jorge, José Eduardo Agualusa, Chico Buarque de Holanda e Edney Silvestre.

Palavras-chave: Memória; Resistência; Crise; Condição pós-imperial

Abstract: Literature, in the current time of crisis, political even more than financial, offers possibilities of resistance by engaging in processes of critical reevaluation of the past. Although cultural memory is still insufficiently explored, it is deployed and problematized in many works of contemporary literature. A transnational critical view of literature, drawing on a triangulation of Brazil, Portugal and Africa enables a conceptualization of a postimperial condition necessary to think a different present and future that avoids nostalgic entrapments. These processes are variously deployed in recent novels by António Lobo Antunes, Lídia Jorge, José Eduardo Agualusa, Chico Buarque de Holanda and Edney Silvestre.

Keywords: Memory; Resistance; Crisis; Postimperial condition

Que se passe-t-il? De quoi sommes nous les témoins, mí-fascinés, mí-dévastés? Continuation vaille que vaille d'un monde fatigué? Crise bénéfique du même monde, en proie à son victorieux élargissement? Fin de ce monde? Avènement d'un autre monde? Que nous arrive-t-il donc, à l'orée du siècle, qui ne semble avoir aucun nom clair dans aucune langue tolérée?

(ALAIN BADIOU, *Le réveil de l'histoire*)

O sentido de perplexidade, assombro e indignação expresso por Alain Badiou no início do seu recente livro, *Le réveil de l'histoire* aplica-se em primeiro lugar aos acontecimentos políticos recentes, quer no Médio-Oriente, quer na própria Europa, as várias revoltas contra a tirania e o despotismo estabelecidos, ou contra a marginalização forçada de grande parte das população, em especial dos jovens, nas “democracias” ocidentais. O mal-estar, a raiva até, não se limita a um outro país, uma ou outra sociedade, mas alastra todos os dias e contradiz a própria

divisão entre a zona norte e a zona sul da Europa tão ao gosto dos elementos demagógicos e xenófobos que se têm vindo cada vez mais a apropriar do espaço público e da atenção política na Europa. A crise atual é vasta, poder-se-ia dizer global até, se bem que as formas que assume sejam variadas. Claro que num país como Portugal, embora os problemas diários sejam extremamente duros, as condições não são as mesmas do que na Tunísia ou no Afeganistão. Mas mesmo num país, como o Brasil, em que as vicissitudes económicas cada dia parecem diminuir, e

que se assume já como uma grande potencia mundial, *de facto* e não como a sua simples possibilidade, a crise também se faz notar, já que a crise, longe de ser apenas uma crise financeira é muito mais uma crise política. De certo modo, o que se nota é não só um alastramento da crise a vários níveis, desde os mais contundentes, guerras ininterruptas ou novas, intervenções militares preventivas dos países ocidentais noutras regiões do globo em nome da democracia e para defesa de interesses económicos evidentes, até aos aparentemente mais domésticos, como as quedas sucessivas de governos nos vários países europeus e a instauração de um sentimento generalizado de insegurança, falta de confiança no futuro e uma nostalgia por vezes de índole xenófoba e ultranacionalista. A crise, por assim dizer, passou a ser entendida como um estado normal em vez de se assumir como exceção. Dado isso, o que surpreende não é a erupção da violência através das várias cidades europeias, seja ela manifestada nos motins dos subúrbios provincianos franceses, ou em Londres, ou até no caso do pseudo-arrastrão de Carcavelos em 2005, mas sim o facto de essa violência ainda ser contida, de muitas das manifestações contra o estado atual da Europa, ainda serem pacíficas. Assim, é urgente interrogar o que nos está a acontecer e que Badiou apresenta como não tendo nenhum nome claro em nenhuma língua. Como hipótese desejo sugerir que no caso de Portugal, mas sem que se possa pensar esse caso em isolamento, a mais recente literatura tem vindo a oferecer possibilidades de contestar a situação atual ao insistir na reflexão sobre o passado imperial e colonial e os modos em como esse passado – ainda bem recente – continua a assombrar a sociedade portuguesa, e não só. Entendida deste modo, a literatura procede a um trabalho indispensável de memória que é condição imperativa de qualquer resistência à normalização da crise.

Deixando de lado toda uma produção oportunista sobre a crise, que serve por um lado para preencher um nicho do mercado editorial, por outro confirma ainda mais a ideia da normalização da crise, desejo referir três ensaios recentes que, embora de modos bem diferenciados, assumem um pensar do estado de crise: *ABC da crítica* de Nuno Júdice (2010), *Em busca da identidade: O desnorte*, de José Gil (2009), e *Portugal: Ensaio contra a autoflagelação* de Boaventura de Sousa Santos (2011). São três ensaios em forma de livros (ou livros em forma de ensaio) que, embora partindo de pontos disciplinares diferentes, e tendo até perspectivas críticas nem sempre passíveis de um fácil alinhamento, investem contra uma passividade reacionária sem se deixarem deslumbrar, muito pelo contrário, por qualquer promessa de fácil redenção ou pessimismos vulgares. Poder-se-ia pensar que só o livro de Nuno Júdice se aplicaria mais facilmente a um questionamento da posição da literatura atual, já que

ao criticar a crítica, enquanto discurso sobre a literatura, Júdice implicitamente também inclui a própria literatura no seu âmbito. No entanto, não só seria essa uma visão redutora e pouco rigorosa do foco do ensaio de Nuno Júdice, como falharia em reconhecer precisamente o papel social da literatura enquanto discurso privilegiado tanto para refletir sobre questões de identidade, quer para esboçar estratégias de relacionamento sócio-político. Na verdade, todos os três são importantes meios para entender o modo em como certas estratégias narrativas não só permitem, como impõem, um pensamento crítico das condições atuais de crise em que Portugal, e a Europa, se encontram numa difícil fase de transição para o que denominaria uma condição pós-imperial: isto é, um assumir do seu presente, findas as pretensões imperiais e os delírios coloniais, mas que permanecem ainda num estado de latência fantasmagórica ou são redirecionadas através de meios e intervenções de matiz claramente neocolonial.

À primeira vista o texto de Nuno Júdice nem sequer é sobre a crise. Quando muito seria sobre a crise da crítica literária, e mesmo assim, como ele próprio afirma, a fase mais aguda dessa crise, do desfazamento entre crítico e autor, da submissão a parâmetros rígidos e critérios abstractos emprestados de uma certa versão da teoria literária estruturalista ou pós-estruturalista, estaria já ultrapassada (103). A pergunta com que Júdice inaugura o seu texto é da função da crítica, muito ao modo de Baudelaire no *Salon de 1846*, quando, após a dedicatória polémica e provocatória à maioria burguesa, datada de 1 de Maio, Baudelaire se questiona: “A quoi bon la critique ? A quoi bon ? – Vaste et terrible point d’interrogation, qui saisit la critique au collet dès le premier pas qu’elle veut faire dans son premier chapitre”. Mas, embora haja alguma semelhanças entre a postura dos dois, o texto de Júdice é muito mais acomodaticio do que o de Baudelaire. É um texto sedutor sob muitas perspectivas, e mesmo correndo o risco da simplificação, penso ser possível dizer-se que a queixa levantada por Júdice contra a deturpação da crítica, se encarada como uma acusação à falta de uma esfera pública com nível e rigor, é bem premente. Sem dúvida concordo com muitos dos pontos levantados no texto de Júdice, não só um grande poeta como um dos mais finos observadores críticos e consequentemente detentor de uma posição privilegiada para avaliar a função da crítica em relação à criação literária. Por outro lado, porém, coloca-se a necessidade de não substituir o criticismo à situação atual com qualquer apelo a um regresso a uma época supostamente dourada da crítica e do intervencionismo cultural. Sem que seja nostálgico, o discurso de Júdice corre na mesma esse risco ao recorrer a certos nomes consagrados da crítica, mas que, como Harold Bloom, significam também uma posição

ideológica conservadora, com desígnios de estabelecer cânones e primazias. Claro que a função da discriminação no seu sentido original, isto é, como processo de seleção qualitativa, deve continuar a ser um dos postulados primários de qualquer crítica. Mas, ao mesmo tempo, penso que tal processo, afastadas quaisquer suspeitas de impressionismo ou mera subjetividade, deve ser dirigido para algo mais do que uma simples compilação de objetos estéticos. Aliás, penso que o discurso de Júdice também aponta nessa direção, já que a sua conclusão não só torna explícita a necessidade da crítica se afirmar em relação à sociedade, mas refere a necessidade de uma mudança a que não hesita sequer de nomear com um termo com nítida, se bem que não exclusiva, carga política: “Podem contestar dizendo que estamos numa época sem ideias – e num país em que o não ter ideias se tornou sinónimo de virtude. (...) Mas se se estiver à espera de que as mentalidades mudem é certo que a inércia, cada vez mais, impedirá o curso de uma revolução urgente também neste domínio” (111). O apelo a um trabalho crítico renovado, e inovador, é o ponto mais forte do texto. Já as referências a uma suposta era de ouro da crítica poderiam ter sido evitadas, assim como a noção de uma era sem ideias. Os tempos atuais fervilham de ideias e de certo modo poder-se-ia dizer que nunca outra época terá sido tão dominada, mesmo que de maneira dissimulada por ideologias. Daí a necessidade de, com Júdice, apelar a uma renovação da crítica, ou até da sua reinvenção, de modo não só a revelar as estratégias e discursos retrógrados que parecem dominar grande parte do discurso de crise.

A crise, para José Gil, é em grande medida uma crise de identidade. O seu ensaio inicia-se com toda uma série de questionamentos sobre esse assunto, sobre a perda de identidade (cultural, nacional, pessoal) que estaria subjacente ao atual sentido de crise e de que a noção de hiperidentidade, sugerida originalmente por Eduardo Lourenço e aqui retomada por Gil, mais não seria do que o seu sintoma. Gil tem o cuidado de advertir sobre a dificuldade de alargar aquilo que seria uma análise a nível pessoal para o plano social, mas mesmo assim fá-lo, e de modo penetrante. Um dos elementos mais elucidativos da análise feita por José Gil tem a ver com o modo em como os efeitos de globalização, e de crise global, têm vindo a afectar a sociedade portuguesa, criando sentimentos de inadequação generalizada. No fundo, e simplificando, poder-se-ia dizer que para Gil, neste caso, o imperativo para uma recuperação e reinvenção da identidade pessoal e consequentemente colectiva, passaria por um abandono da categoria nacional. Ao refletir sobre o processo de integração de Portugal na Europa, Gil nota em como, para todos os efeitos, “A ‘Europa’ não faz ainda parte da experiência quotidiana dos portugueses” (58). Talvez assim seja, mas duas questões afiguram-se-me como mais

relevantes: será que a “Europa” faz parte da experiência quotidiana dos cidadãos de outros países europeus? E não será essa impossibilidade de imaginar uma identidade europeia outro sintoma da crise, não só uma crise económica e política, mas uma crise cultural em primeira instância? Observando os apelos cada vez mais frequentes da parte de políticos conservadores nos países mais “centrais” da Europa, para uma dissolução da ideia de uma Europa unida e transnacional, para o abandono da moeda única – instrumento primário para se poder avançar para uma união política – ou até para uma divisão Norte-Sul dentro da Europa, e para uma reintrodução das fronteiras entre países, penso que não será só em Portugal que essa vivência quotidiana na Europa não esteja a acontecer ou quando muito só por via negativa. Se se aceitar a noção de uma crise cultural, facilmente se poderá reconhecer a importância da literatura como veículo privilegiado, juntamente com outras artes, para tentar superar essa crise. No entanto, a ideia de uma literatura europeia, mesmo quando pensada em termos históricos, está ainda longe de se concretizar. Na “Introdução” a um volume recente de ensaios sobre o tópico – anunciado de modo significativo como uma interrogação, *Literature for Europe?* – Theo D’haen, um dos organizadores, lembra a necessidade de se superar o modelo tradicional de estudo da literatura em parâmetros nacionais ou, quando feito em moldes comparatistas, limitado às ditas grandes literaturas, incluindo ocasionalmente uma ou outra de influência menor, para se prosseguir para um estudo da literatura europeia que respeitasse a multiplicidade e diversidade evidentes na Europa e, ao mesmo tempo, evitasse cair na armadilha da ideia de uma Europa imperial: “It should also be clear, though, that any such ‘European literature’ cannot be subservient to an ‘imperial Europe’. Hence, there can be no such thing as ‘a’ European literary history” (8). Seguindo este aviso, e tendo em conta as especificidades das literaturas escritas em Português, mas não, repito, em isolamento, desejo voltar a sugerir a hipótese da necessidade de se pensar, através da literatura, o que poderia ser uma condição pós-imperial da Europa que passaria, necessariamente, por um questionamento do passado imperial e colonial, num trabalho de memória que, como em breve tentarei demonstrar, está precisamente a ser feito nas várias literaturas escritas em Português.

A meu ver, e embora concorde com muito da análise feita por Gil, a sua conclusão afinal é demasiado negativa:

Curiosamente, a crise planetária veio pôr a nu as aporias com que se debate a consciência identitária de uma pequena nação que conta pouco ou nada na economia global. As aporias de resto, fazem parte da nossa identidade, sempre em crise. [...] Pequeno território, percepção de curto alcance e

reconhecimento autocomplacente da nossa imagem constituem condições do fechamento de nós em nós – e parâmetros da nossa identidade.

Tudo isto está a esboroar-se, com a crise global a acelerar bruscamente o processo. [...] É a ameaça psicótica de não ter limites espaciais corporais. De perder a imagem de si, ou a identidade. De desaparecer, enfim (58-59).

Em vez do ‘desaparecimento’ assim anunciado, penso que se pode notar muito mais uma reavaliação dessa imagem de si, fechada em si, que tanto tempo foi imposta aos portugueses (e brasileiros?) pelos seus próprios governos e que, mesmo depois da abolição de regimes totalitaristas, perdurou (perdura ainda?) durante décadas, já que a abertura ao exterior necessariamente implicaria um reconhecimento de faltas. Talvez o Brasil, hoje em dia, já tenha conseguido superar essa fase; mas no caso de Portugal, certamente hoje em dia sob o espectro da falência nacional, o que seria de esperar seria um ressentimento generalizado e que, na realidade, se entrevê em muitos aspectos do quotidiano, mas que, sugiro, é combatido por muita da produção artística, quer no campo literário ou nas outras artes.

Como contraponto à negatividade da situação atual o estudo de Boaventura de Sousa Santos é extremamente lúcido, desde o seu prefácio onde, referindo-se a uma afirmação de Ortega y Gasset sobre a relação entre Espanha e a Europa, nota que “se Portugal é o problema, a Europa, esta Europa, tão pouco é a solução” (7), passando pela definição, dos vários tipos de crise como “um acto iminente político” – “Portugal vive uma crise financeira de curto prazo, uma crise económica de médio prazo e uma crise político-cultural de longo prazo” – (11) até à conclusão de que tanto o facilitismo como a autoflagelação seriam condições nacionais, contra as quais é imperativo agir: “A consciência das dificuldades impede o facilitismo, enquanto a consciência das alternativas impede a autoflagelação. Este livro foi escrito contra esses dois vícios tão prevaletentes no nosso país” (154). Talvez se possa pensar que a literatura, alguma literatura, como por exemplo os romances de António Lobo Antunes, com a sua feroz crítica da sociedade portuguesa, praticassem essa autoflagelação. Do meu ponto de vista, porém, é exatamente o contrário: a literatura que critica duramente a sociedade portuguesa, em especial o passado recente, imperial e colonial, de Portugal, pratica um trabalho de memória, difícil e angustiosos sem dúvida, mas absolutamente necessário para que se possa passar a imaginar um futuro mais livre e sem o acorrentamento da herança negativa do colonialismo.

Obviamente nem toda a literatura se interessa em questionar o passado e pensar o presente e, como

Nuno Júdice claramente nota, tanto a literatura de fácil consumo, como a crítica que lhe dá atenção – “para não falar das “estrelinhas” com que são dadas notas totalmente absurdas a cada livro” – colaboram no sistema de mercado dominante (55-56). Mas os exemplos de uma literatura que assume o papel de esfera pública e permite, ou obriga até, uma reflexão rigorosa sobre o passado abundam e muitos nomes e títulos poderiam ser citados. De momento limitar-me-ei a apenas alguns, por pensar que exemplificam de maneira irredutível a hipótese inicial sobre o trabalho de memória e reflexão sobre a condição pós-imperial: Lobo Antunes e Lídia Jorge por um lado, valter hugo mãe e Dulce Maria Cardoso, por outro. Se os dois primeiros autores, estabelecidos e consagrados, remontam aos fins da década de setenta do século passado, e portanto estabelecem uma ligação entre o presente e essa época de transformação – que se queria radical embora ficasse sempre controlada pelos interesses das grandes potências e dum capitalismo então ainda não tão abertamente selvagem como hoje – já os outros dois autores, embora também já com grande reconhecimento crítico, representam uma geração nova, para quem o isolamento de Portugal durante a maior parte do século XX, representa uma época de infância e não a formação da vida adulta. Mesmo assim, será de notar que todos eles tiveram uma experiência pessoal da condição colonial: Lídia Jorge viveu em Moçambique nos anos derradeiros antes da independência, Lobo Antunes cumpriu o serviço militar como médico em Angola, valter hugo mãe nasceu em Angola (1971) e Dulce Maria Cardoso, nascida em Trás-os-Montes (1964), passou parte da infância em Angola também, tendo regressado a Portugal em 1975. Pormenores biográficos de menor importância talvez, mas que, no contexto da hipótese sugerida, não deixam de ser significantes. De todos os nomes que não refiro, talvez o que fosse mais esperado, certamente tratando-se das relações entre literatura, memória e resistência, fosse o de José Saramago. Todavia, embora a importância da obra de Saramago em si, e em relação a um questionamento crítico da sociedade portuguesa, nunca possa ser deixada de lado, a problematização feita por Saramago à história de Portugal prende-se mais com um passado mais distante, um apogeu do despotismo monárquico em *Memorial do Convento* ou a irrupção totalitária do princípio do século XX em *O ano da morte de Ricardo Reis*. A crítica feita a uma época mais recente, por exemplo a sociedade do espetáculo em *A caverna* ou a fragilidade dos pressupostos democráticos em *Ensaio sobre a cegueira*, não obstante a sua aplicabilidade à sociedade portuguesa, é concebida num plano mais vasto. Assim, o passado específico de Portugal enquanto nação colonial não é problematizado diretamente, como se Saramago nele visse um mero resultado de problemas políticos de maior envergadura.

E, no entanto, talvez os romances mais especificamente centrados na realidade portuguesa sejam os que mais alcance tenham como plataforma para refletir sobre uma condição pós-imperial da Europa e não só, no modo em como combinam questões pós-coloniais com aspectos de trauma, individual e colectivo, que de modo algum são unicamente portugueses.

A necessidade de conjugar aspectos da crítica e teoria pós-colonial aos estudos de trauma e de memória cultural é amplamente e rigorosamente exemplificada no estudo de Michael Rothberg, *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Subjacente ao seu argumento sobre a multiplicidade da memória e a não-exclusividade das várias memórias que assombram a Europa tanto em relação à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto por um lado, como em relação às atrocidades cometidas pelas várias potências coloniais, está a noção de que, fundamentalmente, tanto os estudos pós-coloniais como os estudos de memória cultural partem de uma premissa semelhante: a reavaliação crítica do passado, de modo a permitir a elaboração de um presente e futuro mais dignos. Em Portugal, superado o tabu inicial de falar sobre a guerra colonial, quebrado inicialmente e quase exclusivamente pela literatura, mesmo assim se nota ainda uma certa hesitação em estudar as questões de traumas individuais e colectivos referentes ao passado político do país e a forma em como ele condicionou não só o quotidiano pessoal como a própria construção da identidade nacional. Numa sociedade onde a História e a historiografia assumem um papel determinante não deixa de ser curioso haver ainda tão pouca atenção para com os estudos de memória cultural entendidos de forma crítica, e não meramente como outra maneira de isolar e enaltecer pressupostas categorias essenciais dessa mesma identidade que se diria homogênea. Sobre este lapso a opinião de Francisco Bethencourt é lapidar: “Entre a perpetuação da memória e a construção da identidade, a historiografia manteve até aos nossos dias uma utilidade ambígua ao serviço de valores e regimes que não sofreu rupturas com a revolução de Abril, apenas adaptações a novas necessidades e novos projectos políticos” (81). Talvez uma das primeiras tentativas de fazer esse relacionamento entre memória, trauma, e identidade nacional, seria o ensaio de Ellen W. Sapega, “Aspectos do Romance Pós-Revolucionário Português: O Papel da Memória na Construção de um Novo Sujeito Nacional” (1995), analisando três romances publicados em 1982, sob o aspecto da sua revisitação do passado português num presente pós-revolução, em que o 25 de Abril é encarado como um momento de ruptura, mas onde ainda não há consideração para com uma condição pós-colonial. Um ensaio original de Fernando Catroga, mas também sem levar em conta questões pós-coloniais, sobre *Memória,*

história e historiografia (2001), parece ter tido pouco seguimento, embora ele alerte já aí para uma condição de “crise da memória”:

quando a evocação se banaliza, emergem, não a rememoração revivificadora, mas modos distanciados de comemorar. Proust e Walter Benjamin avisaram que recordar (ou historiar) com a exclusiva finalidade de restituir ao património colectivo os acontecimentos do pretérito e de, frivolumente, os celebrar, será cair prisioneiro do conformismo que medra quando a memória se transforma em mecânica tradição, será não perceber que, como escreveu Benjamin, existem maneiras de honrar o passado que fazem dele uma herança mais funesta do que o seu puro e simples desaparecimento (33-34).

Claramente em Portugal, como aliás um pouco por todo o lado no mundo ocidental, esse exaltar do património de forma mecânica traduz-se na onda mais ou menos generalizada da nostalgia, a que se deve também ligar os ataques neoliberais que ameaçam destruir todo um conjunto de direitos sociais no campo da educação, da saúde, do direito laboral, enfim, no domínio inteiro dos serviços públicos e das funções do estado, sob a pretensão perversa de reverter para uma época passada mais feliz, mais segura, mais simples, sem as supostas ameaças multiculturais de hoje. Também a literatura a que me refiro, através do processo de memória que efetua, resiste a essa onda nostálgica e assim oferece uma possibilidade de pensar o futuro. É claro que se trata de um futuro longe de qualquer isolamento. Por um lado, a reflexão sobre o passado colonial, de Portugal ou de outras nações europeias, efectuado pela literatura é um passo indispensável para que a Europa possa assumir a sua condição pós-imperial, sem ilusões mas também sem fantasmas. Por outro lado, de modo algum desejo limitar essa reflexão ao campo das literaturas europeias. Pelo contrário, tendo em conta a situação específica de Portugal – mas não só – penso que se torna mesmo imperativo fazer uma triangulação que permita estabelecer elos significativos entre as várias literaturas escritas em Português, quer sejam esse textos de origem brasileira, portuguesa ou africana. Embora não seja novidade nenhuma, esse imperativo por vezes é esquecido; ou, como no caso do livro recente de Fernando Arenas, *Lusophone Africa; Beyond Independence* (2011), cujo primeiro capítulo, “African, Portuguese, and Brazilian Interconnections: The Lusophone Transatlantic Matrix”, discute exatamente essa necessidade, tendo em conta alguma da literatura a que me refiro, as divergências de leitura são de certo modo significativas e a questão da memória como resistência quase não é abordada. À minha hipótese inicial portanto, desejo adicionar uma segunda: a de que, para se compreender corretamente esse processo de memória levado a cabo pela literatura é necessário ver

em como, não obstante realidades diferentes, as várias literaturas trabalham a questão da memória cultural para assim confrontarem um passado que, ao ser ignorado, ou pior ainda, idealizado numa veia nostálgica, se constituiria em herança negativa. Aos nomes já mencionados desejo acrescentar portanto, e sempre só como exemplo, os de Chico Buarque de Holanda e Edney Silvestre do Brasil e, o de José Eduardo Agualusa, de Angola, pois penso que nos vários romances desses autores se nota um questionamento do passado em muito semelhante ao que é feito, embora sempre com diferenças entre si, claro está, pelos autores portugueses.

Para evitar qualquer equívoco, desejo realçar que, ao sugerir esta segunda hipótese, apelando para uma comparação direta e sistemática entre as várias literaturas de expressão portuguesa, de modo algum me refiro a qualquer lusofonia, desde sempre susceptível de co-optação neocolonial por mais bem intencionados que os seus adeptos possam ser, e muito menos a qualquer noção de luso-tropicalismo, sempre pronta a ressurgir através das práticas nostálgicas de embelezamento do passado imperial. Sobre esta problemática em geral, e incidindo em especial sobre questões de resistência ao neocolonialismo e ao racismo, a análise feita por Ana Paula Ferreira é direta e apropriada:

Inasmuch as it is the historical product of a de-centered, economically and politically weak, arguably subaltern European colonialism, and inasmuch as it is constituted by an imperial language that has had no global protagonism since the end of the sixteenth century, a Lusophone postcoloniality may be figured as an inherently appropriate platform of anti-imperialist resistance for global times. [...] Only by appropriating the conceptual platform of a Lusophone Postcoloniality to recognize what is beyond repair and perhaps reparation, that is, to confront the history of racismo delivered in, with, and sometimes against the former imperial language in its most prized cultural products, literature being one of them, can one vigilantly inhabit the postcolonial, multicultural(ist) but, certainly not “raceless” presente (38-39).

No que diz respeito a uma crítica ao racismo característico de qualquer situação colonial, e obviamente no caso de Portugal um racismo raramente assumido e por isso ainda mais pernicioso e com a possibilidade de se manter mesmo no presente, os romances que talvez mais fortemente conduzam tal crítica sem qualquer falsa ilusão ou a cegueira deliberada dos supostos ‘brandos costumes’, são os de Lobo Antunes e Lídia Jorge. Desapiedadamente, desde o início, ambos autores, embora de formas diversas, sempre puseram a nu e problematizaram a questão do racismo na sociedade portuguesa colonial e pós-colonial. Os exemplos poderiam ser múltiplos, mas limito-me a dois

de romances mais recentes que já não tratam diretamente da guerra colonial como tinha sido o caso de *Os cus de Judas* (1979) ou *A costa dos murmúrios*. Em *O meu nome é legião* (2007), a resposta seca, dada por um dos membros de uma quadrilha de assaltantes, à interpelação suplicativa de uma das vítimas, “Não somos senhores somos pretos” (22), por exemplo, é de uma violência sintomática que explicita o problema do racismo da sociedade portuguesa ao mesmo tempo que joga com os significados do termo ‘senhores’. Aliás nesse romance Lobo Antunes aprofunda a crítica à sociedade portuguesa equacionando questões de racismo com questões de exploração económica e assim, sem de qualquer modo atenuar a crítica ao racismo, integrando-o num panorama social mais vasto.

No caso de Lídia Jorge, penso que será em *O vento assobiando nas gruas* (2002) que a crítica ao racismo em Portugal assume as suas consequências mais profundas. Na figura de Milene Leandro, uma jovem mulher que escolhe amar um trabalhador cabo-verdiano, contra a oposição massiva de toda a sua família, e que acaba por ser esterilizada sem o saber às ordens da família que assim pensa evitar uma miscigenação que lhes comprometeria a “herança”, Lídia Jorge criou uma das suas mais complexas personagens. Essa mutilação é tanto mais sintomática de uma automutilação de uma parte da sociedade portuguesa, incapaz de aceitar a sua condição pós-imperial e cega para as possibilidades de futuro que precisamente esse passado imperial poderia oferecer. Não será por coincidência que Lídia Jorge escolhe colocar o casamento de Milene com Antonino da Mata numa igreja da Baía: “Dois anos depois, a cerimónia seria discreta” (497). A discrição como apanágio da burguesia e como método para esconder a verdade criminosa é também explorada a fundo noutro romance de Lídia Jorge: *Combateremos a sombra* (2007). Aí, Lídia Jorge examina mais detalhadamente do que em qualquer outro dos seus romances questões diretamente ligadas à psicanálise, e aos modos de encarar uma realidade sempre escondida por detrás daquilo que aparenta ser real. Se a figura do psicanalista, Osvaldo Campos – mais patética do que trágica, na sua incapacidade sequer de exercer a sua profissão por se deixar arrastar pelas circunstâncias e se envolver pessoalmente nos conflitos de uma das suas pacientes ao ponto de se deixar matar – é alvo de uma crítica desapaixonada, já em Rossiana – uma jovem Angolana em fuga a traficantes de mulheres, escondida num apartamento do prédio onde Osvaldo Campos tem o seu consultório – Lídia Jorge cria um exemplo de resistência irónica e realista: Rossiana explica a sua condição ao psicanalista através da inversão de uma fábula, autonomando-se como a “Preta de Neve”. E, no fim da narrativa, embora Osvaldo tenha falhado quer como

psicanalista, quer na sua tentativa de desvendar o tráfico humano levado a cabo em perfeita invisibilidade, Rossiana surge como resistente e sobrevivente, tornada fotógrafa, simultaneamente uma figura de artista e de testemunha, num breve e ténue acenar de esperança. A fragilidade dessa esperança torna-se bem nítida no romance seguinte de Lídia Jorge, *A noite das mulheres cantoras* (2011), já que todas as personagens se autodestroem de várias maneiras, quer tentando explorar outras, quer até tentando amar outras, no que se pode talvez encarar como uma das mais críticas das narrativas de Lídia Jorge. O Portugal aqui descrito revela-se em geral tão incapaz de reconhecer e assumir a sua multiplicidade real, como a sua juventude se encontra mesmerizada pelas promessas vácuas de fama e poder oferecidas pela sociedade do espetáculo, como Guy Débord já em 1967 a tinha diagnosticado. Mais ainda do que uma sociedade em crise, o romance expõe talvez a dissolução final das utopias de 1974.

Duas estratégias narrativas sobressaem nos textos em que os processos de memória são empregados para questionar o presente fantasmático da sociedade atual: uma é o recurso ao uso da figura de uma criança como voz narrativa; a outra é o uso da casa, familiar, patriarcal, em ruínas, como símbolo da nação e da sua herança negativa. Isso vê-se bem em *O Arquipélago da insónia*, cuja personagem principal é um jovem autista, cuja “voz” domina na constante polifonia de personagens familiares que, a meu ver, pelo menos, se encontram todas já mortas à semelhança do que acontece em *Pedro Páramo* de Juan Rulfo. E o romance inicia-se precisamente com uma evocação da casa em ruínas: “De onde me virá a impressão que na casa, apesar de igual, quase tudo lhe falta? [...] o renque de ciprestes que conduzia ao portão e além do portão com um dos pilares tombado sobre os sobreiros e o trigo, a vila cada vez mais distante onde as luzes acentuam o escuro, um sítio de defuntos (...)” (13). Sobre o uso da imagem de fantasmas e casas assombradas como representação do imaginário nacional os vários ensaios coligidos por Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira em *Fantasmata e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo* (2003) abordam a questão sob perspectivas disciplinares bem variadas e indicam já o processamento crítico necessário para se pensar um Portugal pós-colonial e talvez pós-imperial. Mas a imagem da casa em ruínas e da perspectiva da infância continua a firmar-se na literatura mais recente, sendo disso exemplos nítidos os romances de Valter Hugo Mãe, *O nosso reino* (2004) e de Dulce Maria Cardoso, *O retorno* (2011). O narrador de *O nosso reino* é uma criança de oito anos que observa a realidade à sua volta, numa aldeia, numa perspectiva mágico-maravilhosa, onde todos os fenómenos para os quais não conhece a razão são explicados de modo metafísico, numa luta entre

Deus e demónios onde as pessoas e animais participam. A escrita de Valter Hugo Mãe apresenta uma visão obsessiva e delirante do passado mas fá-lo de modo a exibir um processo de memória dado o desfazamento temporal entre o presente diegético do romance e a atualidade. A crítica mordaz feita às atividades dos adultos torna-se possível exatamente por ser assumida na perspectiva de uma criança. As casas são um símbolo da pobreza e, mais do que um abrigo, são elas também ruínas antecipadas:

voltaria a casa desacompanhado dos amigos [...] para encontrar os tios de França de volta a receberem o dinheiro que lhes competia, tão súbito a casa vir abaixo. veio abaixo de cair de podre, os tectos e as paredes puderam apodrecer tanto nos últimos meses. seria das chuvas e das lamas, como tudo se resolvia por baixo das escoras e como se desalinham as traves e se desuniam as junções, para produzir fendas e veios de humidade, entrando para comer as madeiras de água. e por isso os tectos se largaram do alto das paredes e as abalaram para fora e para dentro, a caírem num só fôlego (139).

Se a casa funciona metonimicamente tanto como uma figura da identidade pessoal, ela também presta a desabar, e da nação, é de notar que embora as referências à questão colonial e à guerra sejam poucas, também são introduzidas exatamente como sendo uma versão mais assombrosa ainda, mas ao mesmo nível, que a “realidade” vivida:

em Angola tudo podia acontecer, porque os lugares eram ermos, esquecidos de tudo e de todos e Deus não devia sequer saber que eles existiam. [...] as histórias de Angola espantavam-me. Imaginava os campos repletos de crianças plantadas com os cabelos a ondular em vento, crianças sem escola, sob o sol intenso, a escurecer mais e mais a pele, e eu sentia pena delas, a pensar como seriam belas e vulneráveis, e como era cruel que Deus não conhecesse toda a sua invenção (42-43).

Em *O retorno*, como aliás já em *O chão dos pardais* (2009), Dulce Maria Cardoso oferece uma crítica devastadora, se bem que numa escrita quase lírica, da sociedade portuguesa, dos desnivelamentos de poder e do modo em como os indivíduos se oprimem uns aos outros. Os dois romances coincidem em muitos pontos, incluindo a exposição da opressão patriarcal apresentada como se fosse um elemento normal, o que torna a crítica a essa forma de opressão mais irónica ainda. No entanto, no texto mais recente, como o título indica, a temática relaciona-se não só com o desmascarar dos crimes e vícios da burguesia, mas, muito diretamente, com o processo de retorno de África de nacionais portugueses no período imediatamente a seguir à revolução de Abril. O relato

de Cardoso, muito mais sóbrio e dentro de parâmetros realistas, em comparação com o de mãe, mesmo assim exibe um alto grau de obsessão que contribui para a força emotiva do romance, assim como o facto da voz narrativa pertencer a um adolescente confrontado com a crueldade dos adultos quer em Angola quer em Portugal. Sendo uma narrativa de memória, talvez a primeira com maior impacto a tratar a questão do fim do Império numa perspectiva dos ditos “retornados”, mesmo assim o texto é completamente virado para um futuro que se entrevê principalmente ou no Brasil ou nos Estados Unidos já que a “metrópole” se revela afinal como um embuste em nada relacionada com a ideia gloriosa de centro imperial comunicado nos livros escolares. A figura da casa – e do pai ausente que acaba por regressar quando já o filho o tinha por morto – assume especial importância quer como ponto de comparação entre o que a família possuía em Angola e aquilo a que se vê reduzida em Portugal, o quarto de hotel inicial ou a primeira casa de seguida, quer como, mais uma vez, metonímia da nação:

A casa nova é um quarto e uma sala sem varanda. As janelas são junto ao tecto, uma nesga de luz que não ilumina nada, mas a mãe está feliz como se estivéssemos a mudar-nos para um palácio. Ontem fomos buscar a chave e ficamos lá umas horas. A casa tinha uma luz baça apesar de haver sol lá fora e cheirava a mofo, o mesmo cheiro que as malas tinham quando o cacimbo as apanhava. O pai baixou os olhos, prometo-vos que um dia ainda teremos uma casa como a de lá, o pai com os olhos na alcatifa gasta e a promessa a ecoar na casa vazia (238-239).

O centro imperial revela-se portanto como um espaço exíguo, miserável, sem luz, a pobreza e atraso de que muitos dos colonos tinham pensado escapar, ou seja, o contrário da ideia de futuro. Mesmo assim, e nesse ponto penso que o romance de Cardoso assume também um lugar importante, ao entrever a possibilidade de o passado traumático poder ser invocado para uma renovação e transformação do presente pós-imperial de Portugal, na figura do pai de Rui. Esse pai que aparece miraculosamente uma noite no hotel do Estoril onde a família, como muitas outras tinha sido temporariamente alojada, “[n]inguém volta da morte mas o pai está à porta do nosso quarto” (220), e que decide assumir Portugal como seu e arriscar na construção, tanto literal – através de uma fábrica de cimento – como metaforicamente, de uma nova sociedade. É uma aposta que Rui, o filho, tem dificuldade em aceitar: “Compreendo que pai não quisesse ir para a América, deve ser difícil ganhar a vida na América sem se saber inglês, mas já não compreendo que não queira ir para o Brasil que é parecido com Angola” (243). Mas mesmo Rui, o narrador adolescente,

tem bem consciência do poder discursivo necessário para imaginar uma realidade, um futuro, diferente: “e continuaremos a falar a falar até nos convenceremos de que aquilo porque passamos não volta a acontecer, as palavras tanto afastam os demónios que rondam a mãe como os que rondam o passado na nossa cabeça” (242-243).

Embora se deva reconhecer alguma validade ao julgamento feito por Nuno Júdice sobre o fosso estabelecido entre as literaturas portuguesas e brasileiras, pelo menos até à década de 90 do século passado, como ele afirma, devido a um diferente desenvolvimento social (28), e mais do que isso, continue a haver uma falta de conhecimento da literatura brasileira em Portugal, penso que no presente esse desfazamento não seja aplicável e que, pelo contrário, seja urgente considerar-se os modos em como a literatura brasileira tem vindo a trabalhar as questões do seu passado – nalguns pontos bem semelhante a Portugal – e de como o trabalho de memória feito pela literatura brasileira pode assumir grande relevo para uma reflexão pós-imperial de Portugal sem quaisquer laivos de lusofonias neocoloniais. Para isso basta tomar nota por exemplo, do romance *Leite derramado*, de Chico Buarque de Holanda, divulgado aliás em Portugal pela editora D. Quixote. Tal como os romances portugueses já aqui referidos, nesse texto, Buarque procede a um desmantelamento do passado do Brasil, dos abusos de poder por parte da alta burguesia, do racismo que perdura, através das memórias de um velho de 100 anos, Eulálio d’Assumpção nos seus derradeiros momentos internado num hospital: A memória é deveras um pandemônio, mas está tudo lá dentro” (55). Aliás, para uma problematização pós-imperial tanto de Portugal como do Brasil, uma análise do romance de Buarque, seria capaz de revelar pontos relevantes. Tal como nos romances portugueses, a figura da casa e da família como metonímias da nação são evidentes: “Quando eu morrer, meu chalé cairá comigo, para dar lugar a mais um edifício de apartamentos. Terá sido a última casa de Copacabana, que então se igualará à ilha de Manhattan, apinhada de arranha-céus” (63). E, no caso de *Se eu fechar os olhos agora* de Edney Silvestre, romance que recebeu o Prémio Jabuti como melhor romance em 2010, toda a narrativa, baseada na memória de um jovem que, com um amigo, descobre o cadáver mutilado de uma mulher e tenta saber a verdade por detrás do crime e da explicação oficial, se poderia aplicar à necessidade de pensar o passado na ditadura, tanto em Portugal como no Brasil. E, como nos outros romances já mencionados, a voz narrativa da criança é um dos elementos principais para permitir a crítica ao racismo, aos abusos de poder numa sociedade patriarcal que não mudou assim tanto, quer se trate do Brasil ou de Portugal, apesar do tempo das ditaduras já ter passado.

Em conclusão, desejo ainda referir outro romance recente, *Barroco tropical*, de José Eduardo Agualusa (2009). Talvez o escritor que mais agudamente exemplifique a triangulação necessária entre Portugal, o Brasil e a África lusófona, neste caso, Angola, Agualusa tem vindo a desenvolver um trabalho de memória contra o esquecimento, e ligando os três continentes, que se podia ver já em *Nação Crioula* através da crítica a uma visão dicotómica da escravatura, assim como da reescrita da história literária portuguesa no assumir a figura de Eça de Queirós, e da personagem deste, Fradique Mendes, como suas. Também num romance como *O vendedor de passados* (2004), esse trabalho de memória é feito de modo exemplar e irónico. Como David Brookshaw afirma, “[i]n *O Vendedor de Passados*, Agualusa seems to suggest, as indeed he does in other novels, that Angolan identity cannot be seen solely in its African majority context, but that its history and its culture are tied into an Atlantic creole world comprising Portugal and in particular Brazil” (17). Em *Barroco tropical* a crítica feita à condição atual de Angola, vista através de uma Luanda ainda mais entregue aos ditames da sociedade do espetáculo do que a Lisboa de Lídia Jorge em *A noite das mulheres cantoras* e em que a corrupção parece generalizada, Agualusa não poupa as referências ao esquecimento tão desejado como meio de evitar memórias comprometedoras e assombradiças: “– Tem razão. Tudo mudou, até o passado. – Sobretudo o passado. O passado vai mudando consoante o presente [...] Não se consegue construir um novo futuro sem primeiro mudar o passado” (56). Em grande parte o romance todo constitui uma denúncia dessa amnésia conveniente e uma forma de lembrar o passado para que não tenha de continuar a assombrar o presente e cause a impossibilidade de futuro. Na figura do jovem autista que espalha grafitis pela cidade, onde reproduz com imensa precisão prédios do passado assim como outros ainda por construir mas que ele apresenta já em ruínas, Agualusa apresenta-nos uma outra versão do escritor, também ele empenhado em relacionar os vários tempos para evitar render-se a um presente falso porque desancorado da memória. E, tal como os outros romances mencionados, *Barroco tropical*, além da sua qualidade estética e além da sua experimentação formal com o género a que pertence, é também um grande exemplo da resistência montada pela leitura contra as várias formas de opressão, quer nitidamente totalitárias, quer sob a fachada democrática. Sem dúvida a sociedade descrita por Agualusa é a Angolana, mas poderia ser a Portuguesa ou a Brasileira, e aliás reúne elementos de todas em si. É uma sociedade num estado de crise que tanto tem a ver com a sua condição pós-colonial como com os efeitos de uma globalização mórbida. *Barroco tropical*, nesse sentido apresenta uma reflexão crítica que deve ser

aplicada não só a Angola como a Portugal para que possa melhor confrontar os seus fantasmas imperiais que não ficaram perdidos no passado. Os anjos negros que povoam o romance, desde a jovem mulher atirada para a sua morte de um helicóptero por saber demais sobre altas figuras do governo, às crianças queimadas vivas sob acusação de feitiçaria, passando pelos artistas do “Colectivo XXI, o cadáver embalsamado com asas postizas, e a cantora que se suicida, atirando-se da janela do seu apartamento numa encenação final destinada a ser testemunhada pelo narrador e ex-amante, são também eles todos figurações de várias crises, aparentemente sem fim, ou renovadas, e da resistência, mesmo se falhada, que a literatura oferece ao lembrar e dar testemunho.

Referências

- AGUALUSA, José Eduardo. *Nação crioula*. Lisboa: D. Quixote, 1997.
- AGUALUSA, José Eduardo. *O vendedor de passados*.
- AGUALUSA, José Eduardo. *Barroco tropical*. Lisboa: D. Quixote, 2009.
- ANTUNES, António Lobo. *Os cus de Judas*. Lisboa: Vega, 1979.
- ANTUNES, António Lobo. *O meu nome é legião*. Lisboa: D. Quixote, 2007.
- ANTUNES, António Lobo. *O arquipélago da insónia*. Lisboa: D. Quixote, 2008.
- ARENAS, Fernando. *Lusophone Africa: Beyond Independence*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- BADIOU, Alain. *Le réveil de l'histoire*. Paris: Éditions Lignes, 2011.
- BAUDELAIRE, Charles. *Salon de 1846*. Texte établi et présenté par David Kelley. Oxford: Clarendon Press, 1975.
- BETHENCOURT, Francisco. Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Orgs.). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- BROOKSHAW, David. Migration and Memory – From Forgetting to Storytelling: José Eduardo Agualusa’s *O Vendedor de Passados* and Moacyr Scliar’s *A Majestade do Xingu*. In: MEDEIROS, Paulo de (Org.). *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Portuguese Studies Center, 2007. p. 9-20.
- BUARQUE, Chico. *Leite derramado*. Lisboa: D. Quixote, 2009.
- CARDOSO, Maria Dulce. *O chão dos pardais*. Alfragide: ASA, 2009.
- CARDOSO, Maria Dulce. *O retorno*. Lisboa: Tinta da China, 2011.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- DÉBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 1996 [1967].

- D'HAEN, Theo; GOERLANDT, Iannis (Orgs.). *Literature for Europe?* Amsterdão e Nova Iorque: Rodopi, 2009.
- FERREIRA, Ana Paula. Specificity without Exceptionalism: Towards a Critical Lusophone Postcoloniality. In: MEDEIROS, Paulo de (Org.). *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Portuguese Studies Center, 2007. p. 21-39.
- GIL, José. *Em busca da identidade. O desnorte*. Lisboa: Relógio d'Água, 2009.
- JORGE, Lídia. *A costa dos murmúrios*. Lisboa: D. Quixote, 1988.
- JORGE, Lídia. *O vento assobiando nas gruas*. Lisboa: D. Quixote, 2002.
- JORGE, Lídia. *A noite das mulheres cantoras*. Lisboa: D. Quixote, 2011.
- JÚDICE, Nuno. *ABC da crítica*. Lisboa: D. Quixote, 2010.
- MÃE, Valter Hugo. *Onosso reino*. Lisboa: Quidnovi, 2009 [2004].
- RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (Orgs.). *Fantasma e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- ROTHBERG, Michael. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- RULFO, Juan. *Pedro Páramo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1955.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina, 2011.
- SAPEGA, Ellen W. Aspectos do Romance Pós-Revolucionário Português: O Papel da Memória na Construção de um Novo Sujeito Nacional. In: *Luso-Brazilian Review*, v. 32, n. 1, p. 31-40, 1995.
- SARAMAGO, José. *Memorial do convento*. Lisboa: caminho, 1982.
- SARAMAGO, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. Lisboa: Caminho, 1986.
- SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. Lisboa: Caminho, 1995.
- SARAMAGO, José. *A caverna*. Lisboa: Caminho, 2000.
- SILVESTRE, Edney. *Se eu fechar os olhos agora*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2009.

Recebido: 26/05/2012
Aprovado: 28/08/2012
Contato: p.r.demedeiros@uu.nl